

Da Revitalização à Ruína — o caso paradigmático da Quinta Grande

ANA CELESTE GLÓRIA; CATARINA DIZ DE ALMEIDA; DANIELA V. DE FREITAS SIMÕES,
IHA-FCSH/UNL e DINÂMIA'CET-ISCTE-IUL (Portugal)

RESUMO

O presente *Working Paper* insere-se no campo de interesse científico das autoras. Foi ainda desenvolvido parcialmente, no âmbito do projecto de I&D em curso, “O Lugar do Discurso” [PTDC/CPC-HAT/4894/2012] financiado pela FCT, nomeadamente explorando os conteúdos publicados nas revistas de arquitectura como fontes documentais.

Ao longo do artigo são expostas as características histórico-artísticas mais relevantes no conjunto, contudo debatem-se de forma mais estruturada as opções de intervenção e as políticas administrativas adoptadas na manutenção do mesmo, particularmente do imóvel — presentemente em estado de pré-ruína.

Assim sendo, abre-se uma janela de leitura sobre a Quinta Grande ou Casa dos Condes de Lousã que permite uma análise interdisciplinar.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem, lugar, revitalização, quintas de recreio, planeamento.

FROM REVITALIZATION TO RUIN — THE PARADIGMATIC CASE OF *QUINTA GRANDE**

ABSTRACT

This Working Paper falls within the author’s scientific field of interest. It was also partially developed, under the current R & D project, “The Place of Discourse” [PTDC/CPC-HAT/4894/2012] financed by FCT (Foundation for Science and Technology), mostly exploring content published in architectural journals as documentary sources.

Throughout the article, the most relevant historical and artistic characteristics are exposed, but the intervention options and the administrative policies adopted in the maintenance of the property, particularly the real estate — presently in a pre-ruin state — are discussed in a more structured way.

A reading window is thus opened on the Quinta Grande or Casa dos Condes de Lousã, which allows an interdisciplinary analysis.*

KEYWORDS: Landscape, place, revitalization, pleasure farms, planning.*

INTRODUÇÃO

A Antiga Quinta Grande ou Quinta/Palácio dos Condes de Lousã, situa-se na Amadora — o mais pequeno concelho na área de Lisboa — freguesia da Damaia. De acordo com a informação nos Censos de 2001, a sua área concelhia é de 23,8 km². A síntese dos Censos de 2011 disponibilizada demonstra claramente a freguesia da Damaia como uma das mais consolidadas em termos de Alojamento Clássico em função da forma de ocupação, N.º de Indivíduos nas famílias Clássicas por local de residência bem como uma população residente de acordo com faixa etária equilibrada — com o grupo 25-64 predominante e os restantes, equiparáveis.

Este retrato da freguesia espelha outra realidade em relação ao concelho. O parque habitacional da Amadora é dos mais densos mas devemos sublinhar o seu Património Cultural¹. Fazem parte da Carta de Património do Concelho Monumentos Nacionais (2 classificados)², Imóveis de Interesse Público (4 classificados, 1 em vias)³, Imóveis de Interesse Municipal (7)⁴ e Outros Monumentos sem classificação (18)⁵. Destaque-se que para além dos marcos do Aqueduto — visíveis ou não — na freguesia da Damaia, o único imóvel classificado é de facto a Palácio/Quinta dos Condes de Lousã descrita em documento editado pela Câmara como:

*“A Quinta dos Condes da Lousã ou Quinta Grande da Damaia pertence ao grupo de Quintas construídas nos arredores de Lisboa, ao longo do século XVIII, de que também fazem parte, no território da Amadora, a Quinta do Assentista e a Quinta do Outeiro e que serviria de habitação sazonal aos seus proprietários. Actualmente localizada na Rua Carvalho Araújo possuía vastos terrenos sob seu domínio, na zona correspondente à antiga Aldeia da Damaia, que de acordo com a descrição de Pinho Leal era assim: “Por entre as quebradas da colina, se vêem também graciosas casas de habitação, e, no seu cume, uma bonita aldeiazinha, com suas casas brancas, avultando, por entre elas, o palácio torreado, dos Srs. Condes da Lousã”. Trata-se de um edifício de planta em U, onde foram colocados, à entrada, painéis de azulejos com a representação de vasos floridos, datados de 1730, não sendo, porém o seu local de origem. Este edifício é composto por grandes divisões, com tectos em masseira, destacando-se de todo o conjunto a profusão de azulejos colocados na fachada posterior e que representam as Virtudes e os Pecados Capitais e no terraço lateral esquerdo as Quatro Estações. A Quinta possuía uma capela particular, cuja padroeira era a Nossa Senhora da Conceição e onde, anualmente, se realizava uma festa dedicada à mesma, aberta à população.”*⁶

1 Em 1976, *Binário*, publicava as Leis de Património Histórico resultantes da reunião de Varsóvia promovida pela UNESCO seguindo-se um artigo sobre a constituição de uma equipa de especialistas para a defesa do Património Bracarense

2 Aqueduto das Águas Livres e a Necrópole de Carenque — Cf. “Amadora/Cultura”, “Monumentos Nacionais” in <http://www.cm-amadora.pt/patrimonio-cultura/499-monumentos-nacionais>, consultado em 2014-03-02

3 Casa Roque Gameiro, Nascente e Aqueduto da Gargantada, Palácio/Quinta Condes de Lousã, Villa Romana da Quinta da Bolacha, Aqueduto Romano — Cf. “Amadora/Cultura”, “Imóveis de Interesse Público” in <http://www.cm-amadora.pt/patrimonio-cultura/498-imoveis-de-interesse-publico>, consultado em 2014-09-27

4 Casa Aprígio Gomes, Casa da Ordem de Malta ou Casal da Falagueira de Cima, Fachada da Casa do Infantado/Palácio da Porcalhota, Fachada da Moradia Neo-romântica, Parque Delfim Guimarães, Ponte Filipina e Recreios da Amadora — Cf. “Amadora/Cultura”, “Imóveis de Interesse Municipal” in <http://www.cm-amadora.pt/patrimonio-cultura/497-imoveis-de-interesse-municipal>, consultado em 2014-03-02

5 Capela da Falagueira, Chafariz da Porcalhota, Igreja Matriz da Amadora, Mina d’Água e Jardim da Mina, Moinho do Alto do Garoto, Moinhos do Penedo, Moinho da Quinta Grande, Parque Central, Portas de Benfica, Quinta do Assentista, Quinta do Outeiro, Quinta de S. Miguel — Cf. “Amadora/Cultura”, “Outros Monumentos” <http://www.cm-amadora.pt/patrimonio-cultura/496-outros-monumentos>, consultado em 2014-03-02; e ainda Quinta Grande de Alfragide, Quinta do Plátano, Quinta das Torres ou Casal do Montijo, Portal da Quinta da Venda Nova, Cruzeiro da Rua Elias Garcia, Academia Militar — Cf. “Amadora/Cultura/Outros Monumentos/Outros”, consultado 2014-09-27

6 AAVV, “Quinta dos Condes de Lousã” in, “Património Classificado. Município da Amadora”, Câmara Municipal da Amadora, 2009, pp. 26-27, in <http://www.cm-amadora.pt/patrimonio-cultura>, consultado em 2014-03-02

Tal como referido no Parecer emitido pelo IGESPAR, após visita pelos técnicos ao local a 21 de Dezembro de 2011:

“A Casa pertence hoje à Câmara Municipal da Amadora, que sendo uma Cidade Nova e com pouca identidade, pode, com afirmações como esta, consolidar uma história tão importante como o foi desde sempre toda a zona envolvente de Lisboa, nomeadamente as suas quintas de que a Quinta Grande é notável exemplo do construído, podendo incluir-se na linha, se bem que mais tardia, do que levou à construção do Palácio Marquesses de Fronteira em Benfica”⁷

A análise da Carta de Património Cultural do Concelho clarifica visualmente a existência deste imóvel isoladamente na freguesia. Torna-se assim, decisiva uma análise do mesmo.

QUINTA E CASA DOS CONDES DE LOUSÃ: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E ARTÍSTICA

A antiga Quinta Grande também conhecida como Quinta dos Condes de Lousã faz parte, conforme referenciado, de um conjunto de quintas de recreio e lazer edificadas na periferia de Lisboa desde os finais do século XVII e especificamente entre os séculos XVIII e XIX.

Possivelmente edificada no primeiro terço do século XVIII⁸, período em que teria pertencido aos Condes de Coculim, a propriedade, posicionada em lugar sobranceiro sobre a aldeia, possuiria vastos terrenos agrícolas bem como um jardim privado, dominando assim a paisagem. Em termos de edificado, seria constituída pelo palácio propriamente dito e ainda uma pequena capela com orago a Nossa Senhora da Conceição⁹.

No início do século XIX a propriedade é adquirida pelos Condes de Lousã tendo a Quinta adquirindo notoriedade junto da população dada a festa anual realizada em prol de Nossa Senhora da Conceição — havendo a abertura da propriedade aos aldeões.

Já no século XX, o Pe. e cientista Manuel António Gomes, conhecido como Padre Himalaia torna-se novo proprietário da Quinta onde conduziria algumas das suas experiências empíricas e científicas. Teriam talvez sido estas que o levariam a vender a propriedade de modo a liquidar dívidas, vendendo o imóvel a um senhor Gomes Cardoso (Stoop:1986).

Terá sido igualmente neste período, particularmente entre as décadas de 50 e 60 que a Quinta começaria a perder a sua envolvência paisagística particularmente, os campos agrícolas da aldeia da Damaia para dar lugar a urbanizações menos classificadas e que votariam o lado Sul da propriedade à condição de logradouro dessas mesmas edificações — mantendo-se somente a frente de rua ou entrada nobre do edifício e uma porção menos significativa do jardim¹⁰.

7 Jorge de Brito Abreu [relator], “Parecer”, IGESPAR/Governo de Portugal, Secretário de Estado da Cultura — aprovado a 23 Janeiro 2012, p. 1

8 Cf. [Nota 845] MTV in, João M. dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002, pp. 394-395

9 Até à data, desconhece-se o motivo de demolição da capela e a sua localização na propriedade

10 “A integração dos volumes arquitectónicos na paisagem urbana pareceu ser o problema de maior dificuldade, dada a diversidade e caracterização das construções envolventes (...) O edifício situa-se na inserção de dois planos, Largo da Igreja e Praça dos Condes de Lousã(...) in, “Centro Paroquial da Damaia”, *Binário. Arquitectura, Construção. Equipamento*, n.º 196, pp.16-17

Em 2003, a Quinta é adquirida pela Câmara Municipal da Amadora com o objectivo de a reabilitar conforme reveremos. O processo atípico que se segue em que a reabilitação¹¹ e revitalização do imóvel e jardins não se verificou de acordo com as normas de restauro, reconstrução, renovação e conservação aplicadas ao Património Arquitectónico¹² conduzindo o conjunto ao seu presente estado de pré-ruína¹³. Ainda assim, devemos mencionar o seu valor histórico-artístico.

A casa apresenta uma arquitectura de traça simples e sobriedade clássica constituindo um exemplo típico da casa de campo dos arredores de Lisboa (Stoop:1986). De planta em U, a casa é formada pela justaposição de corpos rectangulares dos quais se destacam os torreões.

Na fachada principal sublinham-se três volumes, separados pela disposição de contrafortes no corpo central, de cêrcea mais elevada. Neste corpo acede-se à porta principal em arco quebrado ladeado por janelas de similar traça e simetricamente dispostas. No registo superior foram abertas três outras janelas de menor escala e igualmente em simetria com o corpo em que se inserem. Nos volumes laterais observa-se a sua semelhança e a abertura de duas fenestranças rectangulares. Acresce que seria através deste corpo que se acederia ao piso nobre da casa conforme o arquitecto João Vieira Caldas refere.

O interior, hoje desfigurado e destituído da sua configuração original era decorado com ostentação de acordo com o relatório da SIPA¹⁴ e a descrição de João Santos Simões:

*“Hoje [década de 70] tem azulejos no átrio de entrada, mas estes não seriam daqui, antes transplantados de outro local de proveniência ignorada (...) serão do segundo quartel do século XVIII, de cerca de 1730”*¹⁵

Após a entrada acedia-se a um pequeno vestíbulo rectangular com o conjunto de azulejos do tipo albarradas supramencionadas, seguindo-se uma divisão de semelhante planimetria e a partir da qual se distribuiriam as restantes divisões. De acordo com o relatório efectuado pela Citrus Paisagismo Lda., existiriam ainda fiadas de azulejos ocultos em rodapés pintados à cor das paredes (Almeida, et al.:2004).

As salas, de acordo com Anne de Stoop (1986) apresentariam tectos de masseira — característicos do período de construção da casa — sendo ainda que as paredes e tectos poderiam ter sido decorados com pinturas a fresco, presentemente desaparecidas, tal como indicado:

“Embora as paredes da casa estejam pintadas com tintas recentes, em algumas lacunas observa-se a presença de vestígios de pintura mural, de várias qualidades e provavelmente de diferentes épocas de execução.

11 Entendida como um conjunto de “obras que têm por fim a recuperação beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais e higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo-se a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos actuais níveis de exigência” in, *Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada*, 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana. Lisboa, 21 a 27 de Outubro de 1995 — Artigo 1º, e), in Flávio Lopes (coord.), “Critérios: classificação de bens imóveis: informar para proteger”, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1995, p. 320

12 Cf. Artigo 1º *Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada*, 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana. Lisboa, 21 a 27 de Outubro de 1995 — Artigo 1º, e), in LOPES, Flávio (coord.), “Critérios: classificação de bens imóveis: informar para proteger”, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1995, p. 320

13 Recordamos o artigo: *O terreno em que se encontram as ruínas da casa de Camões, eu oferece um aspecto desolador de abandono, foi finalmente adquirido a fim de se proceder à sua reconstrução(...)* in, n.a. “Casa de Camões vai ser reconstruído”, *Binário. Arquitectura, Planeamento. Design*. N.º 211 (Agosto-Setembro 1976)

14 SIPA — http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6606, consultado a 2014-03-02

15 João M. dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979, p. 311

O facto de todas as amostras se encontrarem junto ao tecto dificulta o diagnóstico parecendo as superfícies cobertas por uma camada de sujidades várias, e, em casos pontuais de microrganismos.”¹⁶



fotografia dos frescos (c. 2013)

De maior riqueza em termos de espólio decorativo e particularmente azulejar, seriam os painéis decorativos a Sul e Nascente. Na fachada a Sul, aberta para um terraço com jardim anexo encontravam-se os painéis a azul e branco com a personificação das *Estações do Ano*.

Na fachada a Nascente que abria para o jardim em socacos e terreno agrícola encontravam-se outros painéis similares representando figuras alegóricas: as Virtudes teológicas e cardeais ou *O Triunfo das Virtudes sobre os Sete Pecados Originais*.

Relativamente à autoria desta obra de elevada qualidade conforme igualmente mencionado no referido relatório:

“Por outras palavras, só a ordenação dos painéis pelos Vícios pode justificar o sexto lugar da Caridade, declarada explicitamente por todos os teólogos como a suprema Virtude. Inclusive por São Paulo. Seu lugar justifica-se porque a ordenação foi feita a partir, não das Virtudes mas a partir da gravidade dada a determinados pecados.

Se a hipótese é correcta, os Vícios mais graves são por ordem: Soberba, Avariza e Luxúria. Assim, a série da Damaia não tem a condescendência de Dante para os pecados da carne. Uma leitura ideológica dos textos portugueses do século XVII confirmará sobretudo a severidade contra a Luxúria. Seguem-se os três primeiros Vícios, a Ira, a Gula, a Inveja e por fim, a Preguiça”¹⁷

¹⁶ Anne de Stoop, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Porto: Livraria Civilização, 1986, p. 28

¹⁷ Almeida, et al.: 2004, p. 13

É apontado o nome de Bartolomeu Antunes (1688-1735) cuja manufactura é datada entre 1740 e 1750. João Simões destaca ainda no conjunto deste jardim:

*“(...) os azulejos de figura avulsa, os quais, se bem de motivos convencionais são, pelo menos alguns, tratados com uma liberdade e singeleza que ainda não vira. São particularmente notáveis certos galos, cães, pássaros e barcos”*¹⁸

SOBRE PLANEAMENTO URBANO E POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS

*“A área de espaços destinados a usos sociais e culturais apresenta uma concretização bastante baixa — 6,7%. Este valor poderá ser significativamente incrementado, e eventualmente totalmente concretizado, com a 2ª fase do projecto “Quinta Grande da Damaia/Condes de Lousã”*¹⁹

O município da Amadora possui de facto um dos mais complexos parques habitacionais para serem geridos numa óptica que o próprio assume:

“Assim, a Habitação e Requalificação Urbana está apostada em promover a filosofia de “habitação responsável”, através do âmbito de atuação dos diversos serviços:

Erradicação de Núcleos Degradados — regeneração do tecido físico e social;

Gestão do Parque Habitacional Municipal — promoção e implementação de mecanismos geradores da inclusão social;

Produção — recuperação e/ou construção sustentada de habitação social municipal;

*Reabilitação Urbana — intervenção para a revitalização da cidade, numa ótica integrada de investimento público e privado.”*²⁰

Contudo, demonstrou-se uma incapacidade de actuação sobre a Casa dos Condes de Lousã subsequentemente imputada ao empreiteiro, falhando assim não só com as metodologias propostas pela Citrus — acompanhamento por especialistas nas áreas de Conservação e Restauro — como aos seus propósitos:

“O património existente no Município da Amadora reside num conjunto de imóveis de valor histórico-cultural, arquitectónico e urbanístico de manifesto interesse municipal.

¹⁸ Cf., João M. dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979, p. 311

¹⁹ “Programa de Iniciativa Comunitária Urban II Amadora (Damaia-Buraca) — Relatório de Execução 2005”, p. 8

²⁰ “Amadora/Habitação/Apresentação” <http://www.cm-amadora.pt/apresentacao>, consultado a 2014-09-27

Ciente da sua importância, a Câmara Municipal da Amadora tem vindo a garantir a gestão e a conservação desse mesmo património, salvaguardando e preservando a memória e a história do seu espaço e das suas gentes”²¹

Uma análise dos Boletins Municipais acentua uma prematuridade na gestão do processo. É em Novembro 2002²² que por unanimidade se aprova a aquisição do Palácio mas somente em Abril de 2006, após classificação do imóvel e relatório da Citrus, que se delibera por unanimidade “Ajuste directo para Concepção/Construção para consolidação e reforço estrutural das fundações do Palácio dos Condes de Lousã”²³ no valor de €219.567,32 acrescido de IVA.

É somente durante 2006 que se iniciam as primeiras obras no imóvel de acordo com os Boletins Municipais:

“A ractificação do acto pelo Vereador Gabriel Oliveira proferido, datado de 30/03/2006, relativo à não realização de audiência prévia escrita dos concorrentes.

Adjudicar o Ajuste Directo para “Concepção/Construção para Urgente Consolidação e Reforço Estrutural das Fundações do Palácio dos Condes de Lousã à firma «BEL — Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.» pelo valor de €235.915,38, ao qual acrescerá IVA (...)”²⁴

Contudo é no mesmo ano que surge a “Proposta de abertura do processo administrativo para a classificação de Imóveis de interesse municipal — Quinta dos Condes da Lousã”²⁵ tendo-se deliberado a 7 de Junho de 2006 pela CMA a abertura do processo de classificação como Imóvel de Interesse Municipal e definido a Zona Especial de Protecção. Ainda que com a obra adjudicada e em curso tal como a derrapagem orçamental de Dezembro indicaria:

“a) A aprovação da realização dos trabalhos descritos no mapa de quantidades anexo à Informação n.º 796/2006, do DOM/DE como trabalhos a mais, no valor total de €3.567,00, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;

b) Autorização para a celebração do contrato adicional e aprovação da respectiva minuta”²⁶

Assim, a obra de contenção de fundações foi executada acima do orçamento previsto e num total de €239.482,38 acrescido de IVA.

Contudo, em Fevereiro de 2007 o Vice-Presidente do extinto I.P.P.A.R. dá despacho superior de abertura da classificação enquanto no mesmo ano o assunto Quinta Grande/Condes de Lousã teria novos ecos nos boletins municipais. Assim, abriram-se dois concursos públicos:

21 “Amadora/Cultura” <http://www.cm-amadora.pt/patrimonio-cultura>, consultado a 2014-09-27

22 Câmara Municipal da Amadora, “Boletim Municipal”, n.º 11, 15 de Dezembro de 2002, p. 3

23 Câmara Municipal da Amadora, “Boletim Municipal”, n.º 3, 17 de Abril de 2006, p. 12

24 Câmara Municipal da Amadora, “Boletim Municipal”, n.º 3, 15 de Maio de 2006, p. 8; igualmente referido em Câmara Municipal da Amadora, “Boletim Municipal”, n.º 5, 16 de Junho de 2006, p. 12 (ambos aprovados por unanimidade)

25 Câmara Municipal da Amadora, “Boletim Municipal”, n.º 6, 17 de Julho de 2006, p. 8 (aprovado por unanimidade)

26 Câmara Municipal da Amadora, “Boletim Municipal”, n.º 11, 15 de Dezembro de 2006, p. 12 (aprovado por maioria)

“CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA «QUINTA GRANDE DA DAMAIA/CONDES DE LOUSÃ — FASE IV — REQUALIFICAÇÃO DO PALÁCIO DOS CONDES DA LOUSÃ — ABERTURA (...) cujo valor estimado é de €1.743.689,67 ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor; [...]

CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA «QUINTA GRANDE DA DAMAIA/CONDES DE LOUSÃ — FASE V — REQUALIFICAÇÃO DA QUINTA DE RECREIO DOS CONDES DE LOUSÃ — ABERTURA

(...) cujo valor estimado é de €564.224,58 ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, sendo a facturação prevista para o corrente ano de 100.000,00€ + IVA”²⁷

Sendo que os resultados dos mesmos foram publicados em Dezembro do mesmo ano assinando-se contrato com a Artimísia — Centro de Jardinagem Lda., pelo valor de €478.976,00 + IVA (Fase V) e a firma Eusébios & Filhos S.A. pelo valor de 1.631.112,97 + IVA (Fase IV).²⁸ Apesar de se desconhecer o contrato assinado com a firma Eusébios & Filhos S.A. em reunião de Câmara de 16 de Abril de 2008 foi deliberada a rectificação da cláusula 2ª do contrato celebrado no âmbito da empreitada e despesa acrescida para o ano de 2009 no valor de €516.286,03 + IVA²⁹

E sem outras informações para além das aprovações dos respectivos planos de segurança e responsáveis camarários pela obra, no Boletim de Fevereiro de 2009, aprovado por maioria:

“(...) A minuta de Acordo de Resolução Convencional do Contrato de Empreitada para a «Quinta Grande da Damaia/Condes da Lousã — Fase IV/Requalificação do Palácio Condes da Lousã.”³⁰

Assume-se este como o ponto de viragem na obra que viria a conduzir ao seu estado presente, recordando-nos as palavras do engenheiro Aníbal S. A. Vieira, inda que referente a outro imóvel:

“Será possível que uma casa onde se afirmam os entendidos que viveu Luís de Camões esteja hoje ao abandono, quatro paredes arruinadas, com um aterro no meio, e um pessegueiro no centro?”³¹

27 Câmara Municipal da Amadora, “Boletim Municipal”, n.º 7, 16 de Agosto de 2007, p. 15 (o primeiro aprovado por maioria e referente ao imóvel; o segundo aprovado por unanimidade e referente ao jardim/terreno agrícola); a abertura dos concursos foi debatida nos pontos 13 e 14 da Reunião Extraordinária da CMA a 26 de Julho de 2007

28 Câmara Municipal da Amadora, “Boletim Municipal”, n.º 11, 17 de Dezembro de 2007, pp. 10-11

29 Câmara Municipal da Amadora, “Boletim Municipal”, n.º 4, 15 de Maio de 2008, pp. 4 e 11

30 Câmara Municipal da Amadora, “Boletim Municipal”, n.º 1, 16 de Fevereiro de 2009, p. 6

31 Aníbal S. A. Vieira, “A propósito de uma ruína. A Casa Camões em Constância”, *Binário. Arquitectura, Construção, Equipamento*, n.º 24, Setembro de 1960, pp. 320-321



fotografia da entrada principal (c. 2013)

SOBRE A “REVITALIZAÇÃO” DA QUINTA DOS CONDES DE LOUSÃ

O reconhecimento oficial da Quinta da Damaia como “valor concelhio” data de 1994, consagrado no Plano Director do Município da Amadora³², em vigor à época. O documento legal considerava:

“(...) importância histórica, artística e evocativa dos imóveis classificados (...) justifica que se elaborem medidas de protecção que visam não só a conservação e valorização dos próprios edifícios mas também da sua envolvente”³³.

Porém, nem sempre esses propósitos seriam acautelados conforme iremos rever. Com base no reconhecimento destes valores — histórico, artístico, evocativo — um particular solicitou, às entidades responsáveis pela gestão do Património, a classificação da Quinta da Damaia numa categoria superior — Nacional ou Interesse Público — num processo que decorreu a partir de 2001.

Em 2003 a Câmara Municipal da Amadora adquire a Quinta “(...) com o objectivo de assegurar a sua preservação, estando prevista a reabilitação e reconversão do mesmo em centro cultural e espaço de lazer(...)”³⁴. Iniciativa louvável de conferir ao monumento uma função útil à sociedade³⁵ e conforme havia já sido sugerido no relatório da Citrus — de acordo com as indicações ICOMOS desde cedo conhecidas na nossa geografia³⁶.

³² Resolução do Conselho de Ministros n.º44/94 de 22 de Junho.

³³ *Idem*, Art.15º.

³⁴ Cf. “Palácio/Quinta dos Condes da Lousã” in “Amadora/Cultura” in “Património/Imóveis de Interesse Público” in <http://www.cm-amadora.pt/patrimonio-cultura/306-imoveis-de-interesse-publico/507-palacio-quinta-dos-condes-da-lousa>, consultado a 2014-03-02.

³⁵ Cf. ICOMOS. Carta de Veneza sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios. Art.º6. ICOMOS. Veneza, 1964.

³⁶ N.a. *Arquitectura. Revista de Arte e Construção*, “A criação oficial do Conselho internacional dos monumentos e lugares históricos”, n.º 88, Maio-Junho 1965, p. 138

Com esse pressuposto foram realizados estudos de contexto histórico, arquitectónico e paisagístico do imóvel e das áreas verdes integrantes — terreno agrícola, jardim e jardim privado. Ou seja, nesse âmbito foi feita uma leitura global sobre o território e o imóvel que, em estreita interligação, conferem o valor de conjunto a esta típica quinta de veraneio dos arredores de Lisboa do início do século XVIII.

As patologias detectadas pelos estudos — especificamente o relatório datado de Dezembro 2004 da Citrus que oferecia não só uma avaliação do estado do imóvel mas também metodologias de intervenção — evidenciaram a urgência da contenção estrutural, cuja intervenção se realizou em 2006 com recurso ao programa Urban II (financiamento de um fundo europeu)³⁷

Todavia, dos aspectos visíveis da intervenção sobressai um muro de contenção em betão, suportado por contrafortes destacados e executados no mesmo material. Por um lado, se o reforço estrutural era inevitável e até recomendável segundo as convenções internacionais vocacionadas para o Património, por outro, questiona-se o impacto visual que esse sistema de contenção de betão tem na legibilidade do antigo palácio. Uma vez que, numa extensão de 17 metros e de altura considerável, a parede de contenção contrasta num material expressamente contemporâneo e distinto da pré-existência.³⁸

Em 2007, um despacho do então I.P.P.A.R. considera o imóvel “em vias de classificação”. Na mesma época em que a Câmara da Amadora culminava o anteprojecto arquitectónico e paisagístico apresentado em Março em visita ao local, antevendo a conclusão das empreitadas (Fase IV) para o final de 2008, o que não chegou a acontecer.

Ainda assim, as obras começaram pela reconversão do antigo jardim e do terreno agrícola — considerada então a Fase V — onde se promoveu uma reafecção de uso, transformando este espaço em parque de recreio.

A proposta executada pela Artemísia³⁹ definiu um traçado de cariz contemporâneo e uma composição que descaracteriza o enquadramento original do conjunto. Simultaneamente, a intervenção promoveu a remoção da fonte original e de parte a assinalar da flora primitiva em detrimento das directrizes promovidas pelas Cartas do Património:

*“A conservação de um monumento implica a conservação de uma zona envolvente à sua escala. Quando ainda exista o enquadramento tradicional, este deverá ser conservado, não devendo ser permitidas construções novas, demolições ou quaisquer arranjos susceptíveis de alterar as relações de volume e cor.”*⁴⁰

Apesar de ser questionável a descaracterização — estética, funcional, programática —, a obra de arranjo paisagístico ocorreu sem incidentes e foi inaugurada em Maio de 2010.

37 O relatório de execução do programa datado de 2005 refere “A acção Quinta Grande da Damaia/Condes de Lousã (1ª fase) no montante de 908,4 mil euros pretendeu recuperar um edifício e o jardim de uma importante quinta de recreio e de lazer dos arredores de Lisboa. Pretende-se dar-lhe uma nova vida tornando-o num local de lazer e de cultura, acolhendo eventos e exposições permanentes e/ou itinerantes, aberto a todos” in, “Programa de Iniciativa Comunitária Urban II Amadora (Damaia-Buraca) — Relatório de Execução 2005”, p. 8

38 Cf. ICOMOS. Carta de Veneza sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios. Art.º10. ICOMOS. Veneza, 1964.

39 Cf. Edifer Investimentos — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. “Relatório Anual 2007”, p. 20

40 Cf. ICOMOS. Carta de Veneza sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios. Art.º 6 ICOMOS. Veneza, 1964



fotografia da revitalização do terreno agrícola com a ruína do imóvel ao fundo (2014)

Neste quadro, o episódio mais gravoso ocorreu no final de 2008, quando a obra de recuperação e requalificação do imóvel foi interrompida, segundo argumenta a Câmara Municipal da Amadora em relatório da Direcção Geral do Património, devido ao empreiteiro não ter capacidade para continuar a sua execução.

A obra que entretanto já se iniciou resultou na remoção parcial da cobertura que, sem protecção face às intempéries, acelerou o processo de degradação — nomeadamente das alvenarias e da pintura a fresco existente no interior.

Em igual período, os conjuntos de painéis azulejares de autoria e valor reconhecidos teriam sido removidos para um estaleiro municipal, numa atitude de separação dos elementos decorativos do monumento a que sempre pertenceram.⁴¹

Conclusivamente, o imóvel permaneceu votado à intrusão e vandalismo. Presentemente encontra-se inacessível — emparedado, destituído dos seus elementos originais — oito telhados característicos, tectos de masseira, azulejos interiores e exteriores, rebocos e pinturas murais — em estado de pré-ruína, sem manutenção evidente e virtualmente irrecuperável.

O estado de degradação resultou na perda significativa de elementos arquitectónico, históricos e decorativos. Ainda assim, a “Casa da antiga Quinta Grande” foi classificada de Imóvel de Interesse Público por portaria de 24 de Dezembro 2012⁴², integrando o antigo terreno agrícola e os jardins a zona de protecção provisória de 50 metros. A mesma portaria enaltece os detalhes decorativos e o conjunto azulejar das fachadas Sul e Este, que entretanto já não se encontram no imóvel. Recordamos as palavras de António Freitas:

“A metamorfose das instituições humanas focaliza-se materialmente na obra edificada e de tal maneira que, cessando as motivações que a justificam e lhe emprestam vitalidade, esta inicia, inexoravelmente,

⁴¹ “Os elementos de escultura, pintura ou decoração que fazem parte integrante de um monumento não se podem separar dele, a não ser que esta seja a única forma de assegurar a sua conservação.” *Idem*. Art. 8º

⁴² Portaria nº740-AS/2012 de 24 de Dezembro.

o seu período de decadência, cuja duração dependerá não só da acção nefasta dos agentes atmosféricos mas também das variadas formas de que se reveste a corrosão humana.

Para além das devastações violentas e ocasionais, oriundas principalmente das calamidades tectónicas e das acções bélicas, existe uma modalidade de desgaste, lenta, contínua e quotidiana que advém do uso indevido ou do simples abandono da edificação. Este caso — o da destruição moderada das obras arquitectónicas merece especialmente a nossa meditação, (...) corresponde à evolução natural das comunidades, à sua transição, quase imperceptível no nosso dia a dia, numa situação histórica para outra seguinte.”⁴³

No espírito das boas práticas de acção sobre o Património, acreditadas por entidades internacionais como a UNESCO, revêm-se as lacunas na gestão deste procedimento. Nomeadamente, a manutenção regular poderia ter evitado o estado de degradação a que se chegou⁴⁴. E sobretudo, a reabilitação não deveria ter sido iniciada sem a certeza de acautelar os imprevistos, na consciência de que um restauro é uma operação altamente especializada⁴⁵, que deve ser programada, monitorizada e se necessário reformulada com o fim essencial de concluir a operação de preservação do Património.

QUESTÕES PARA UMA OUTRA LEITURA

Os procedimentos administrativos e qualificativos do imóvel e do seu conjunto distorceram-se na sua relação espaço-tempo conduzindo ao actual estado de pré-ruína do imóvel sendo, na nossa opinião, que se encontra num estado irrecuperável.

Torna-se portanto evidente correlacionar a questão da paisagem perdida:

“A paisagem que ao longo dos séculos não passou de um conceito ou de um ideal tornou-se um facto da mais premente realidade. Sabemos como as sociedades contemporâneas lhe dão um lugar central nos seus discursos e com que esforços e gastos se aplicam a preservá-la”⁴⁶

O jardim (re)construído⁴⁷, para além de acusar falta de manutenção e uma clara segregação estética entre períodos e objectivos — palacete de veraneio e o seu jardim em socacos — primou por ignorar absolutamente não só o imóvel como a envolvente — continua a tratar-se de um espaço de logradouro das urbanizações menos classificadas da Damaia⁴⁸.

Apesar de murado por cerca e vigiado por um horário e CCTV, os seus portões mantêm-se constantemente abertos e os sinais de degradação do equipamento urbano começam a tornar-se evidentes.

43 Recorde-se: António Freitas, “O conjunto da «Sra. do Cabo Espichel. A propósito de um monumento em decadência”, *Arquitectura*, n.º 70, Março 1961 pp. 26-43 — no qual explana a realização de um exaustivo levantamento fotográfico dos artefactos arquitectónicos e painéis azulejares tendo-se de seguida elaborado um extenso relatório

44 Cf. ICOMOS. Carta de Veneza sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios. Art.º4. ICOMOS. Veneza, 1964.

45 *Idem*. Art.9º

46 Margarida Acciaiuoli, “Arte e Paisagem” in, Margarida Acciaiuoli, Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia, *Arte e Paisagem*, Lisboa, Instituto de História da Arte, Estudos de Arte Contemporânea, 2006, p. 10

47 Ver Vitorino Nemésio, “Restaurar e Reconstruir”, *Arquitectura*, n.º 66, Novembro-Dezembro 1959, pp. 60-61

48 Ver n.a. “Centro Paroquial da Damaia”, *Binário. Revista bimestral Arquitectura, Construção, Equipamento*, n.º 196, Janeiro 1975, pp. 16-20

O jardim interior, inacessível, permite-nos falar de paisagem:

*“na mais genérica maneira. O molde intelectual e as convenções artísticas que acompanharam o nascimento e o termo e que influenciaram tanto o desenho dos jardins quanto a construção de modelos de representação que a pintura fixou graças à instauração da perspectiva, ajudam-nos a centrar a questão e a compreender melhor o fenómeno”*⁴⁹

O estado de ruína do Palacete em articulação com estes espaços de *paisagem* remetem-nos quase para um Romantismo de adoração da ruína arquitectónica sobranceira ao espaço da Natureza que é hoje uma realidade urbana com um “espaço verde” e uma ruína que a maioria da população desconhece o seu real valor — despida dos seus azulejos e da sua estatuária.

Ergue-se assim, em logradouro urbano o reverso das palavras da historiadora Margarida Acciaiuoli:

*“Torna-se inevitável reconhecer que o culto da paisagem se transformou, naturalmente, no elogio do campo, da vida saudável, por contraste à vida na cidade, aliás também durante muito tempo idealizada.”*⁵⁰

Culto esse em que a arquitectura, conforme a mesma refere, alcançou durante o Romantismo nacional sempre lugar sobranceiro. Tratámos aqui de uma quinta de recreio do século XVIII, possível modelo para uma das peças arquitectónicas mais relevantes do mesmo período — o Palácio de Fronteira e Alorna — e deparamo-nos com pesar que um conjunto que tanto impacto teve no lugar na *Damaia* ao ponto de influenciar a sua toponímia presente — Avenida Padre Himalaia, Praceta Padre Himalaia, Escola Condes de Lousã, Centro de Saúde Condes de Lousã, a título de exemplo.

Ofereceu ainda algum destaque no tempo passado naquele que é hoje o concelho da Amadora na altura conhecido como os lugares da Porcalhota — de Cima e de Baixo — mas onde existia ainda e nas palavras de Ignacio Vilhena Barbosa:

*“(...) Estendei pelos campos, próximo das collinas, uma mui comprida galeria de arcos, magnificamente construída, de excellente cantaria, e que dá passagem ás águas livres no seu curso para Lisboa. Semeae as collinas de alguns casaes, que, apesar de raros e humildes, alvejam com graça por entre as quebradas, e na parte mais elevada d’ellas collocae uma aldeiasinha, que resplandece pela alvura das suas casas, e que avulta pittorescamente pela quinta e palacio torreado dos srs. Condes da Louzã. Chama-se o logar da Damaia”*⁵¹

Não existe uma nota informativa nem participativa para a população nem existirá uma memória futura do conjunto, dadas as últimas notícias:

“A requalificação do palácio, também conhecido como Quinta Grande da Damaia, foi prometida pelo PS em todas as eleições autárquicas desde 2001. Na reunião de ontem da Assembleia Municipal, o líder

49 Margarida Acciaiuoli, “Arte e Paisagem” in, Margarida Acciaiuoli, L Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia, *Arte e Paisagem*, Lisboa, Instituto de História da Arte, Estudos de Arte Contemporânea, 2006, p. 11

50 Margarida Acciaiuoli, “Arte e Paisagem” in, Margarida Acciaiuoli, Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia, *Arte e Paisagem*, Lisboa, Instituto de História da Arte, Estudos de Arte Contemporânea, 2006, p. 24

51 Ignacio Vilhena Barbosa, “Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)”, *Archivo Pittoresco*, tomo VI, n.º 24, 1863

da bancada do CDS, João Paulo Castanheira, confrontou a Presidente da Câmara com o estado de ruína do palácio, adquirido em 2003 pela autarquia. Carla Tavares respondeu que a obra de requalificação foi abandonada devido a problemas com o empreiteiro, acrescentando que dificilmente a Câmara poderá retomar os trabalhos nos anos mais próximos.

Está consumado o abandono do palácio, que em breve ficará reduzido a um monte escombros. Mais um crime contra a memória da cidade.”⁵²

Não colocaremos questões relativamente a assumir responsabilidades pelo estado de degradação do Palacete mas temos que questionar — em que estado se encontram os restantes imóveis em vias de classificação, alguns dos quais, igualmente emparedados? Questionamos, conforme João Barrento havia feito durante o Ano Europeu do Património Arquitectónico (1975): “ (...) que futuro para o passado?”⁵³

E de forma acutilante e sensata: porque estão os painéis azulejares alegadamente encaixotados num armazém municipal quando existe um Museu Nacional do Azulejo capaz de os receber e tratar condignamente?

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MONOGRAFIAS

AAVV, “Quinta dos Condes de Lousã” in, *Património Classificado. Município da Amadora*, (Câmara Municipal da Amadora, 2009): 26-27, in <http://www.cm-amadora.pt/patrimonio-cultura>, consultado em 2014-03-02

Margarida Acciaiuoli, “Arte e Paisagem” in, Margarida Acciaiuoli, Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia (org.), *Arte e Paisagem*, (Lisboa: Instituto de História da Arte, Estudos de Arte Contemporânea, 2006)

João Vieira Caldas, *Casa Rural nos arredores de Lisboa no século XVIII*. (Lisboa: FAUP Edições, 1999)

Flávio Lopes (coord.), *Critérios: classificação de bens imóveis: informar para proteger*, (Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1995)

Vítor Pereira Neves, *Amadora, grande e desconhecida: monografia*. (Amadora: Edição de autor, 1991)

João M. dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979)

João M. dos Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002)

Anne de Stoop, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, (Porto: Livraria Civilização, , 1986)

PERIÓDICOS

Ignacio Villhena Barbosa, “Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)”, *Archivo Pittoresco*, tomo VI, n.º 24, 1863

Vitorino Nemésio, “Restaurar e Reconstruir”, *Arquitectura*, n.º 66, (Novembro-Dezembro 1959):60-61

Aníbal S. A. Vieira, “A propósito de uma ruína. A Casa Camões em Constância”, *Binário. Arquitectura, Construção, Equipamento*, n.º 24, (Setembro de 1960):320-321

António Freitas, “O conjunto da «Sra. do Cabo Espichel. A propósito de um monumento em decadência”, *Arquitectura*, n.º 70, (Março 1961):26-43

52 <http://cdsamadora.pt/tag/mem%C3%B3ria> consultado a 2014-09-27; sobre a politização da conservação do património ver S. von Moos, “O significado político da conservação do património arquitectónico” *Binário. Revista bimestral Arquitectura, Construção, Equipamento*, n.º 199, Abril 1975, pp. 107-199

53 João F. S. Barrento, “Que Futuro para o Passado?”, *Binário. Revista bimestral Arquitectura, Construção, Equipamento*, n.º 199, Abril 1975, pp. 178-180

n.a. *Arquitectura. Revista de Arte e Construção*, “A criação oficial do Conselho internacional dos monumentos e lugares históricos”, n.º 88, (Maio-Junho 1965):138

n.a. “Centro Paroquial da Damaia”, *Binário. Revista bimestral Arquitectura, Construção, Equipamento*, n.º 196, (Janeiro 1975):16-20

João F. S. Barrento, “Que Futuro para o Passado?”, *Binário. Revista bimestral Arquitectura, Construção, Equipamento*, n.º 199, (Abril 1975):178-180

n.a. “Casa de Camões vai ser reconstruída”, *Binário. Revista bimestral Arquitectura, Construção, Equipamento*, n.º 211, Agosto-Setembro 1976, pp. 309-310

Câmara Municipal da Amadora, *Boletim Municipal*, n.º 11, 15 de Dezembro de 2002, p. 3

Câmara Municipal da Amadora, *Boletim Municipal*, n.º 3, 17 de Abril de 2006, p. 12

Câmara Municipal da Amadora, *Boletim Municipal*, n.º 3, 15 de Maio de 2006, p. 8

Câmara Municipal da Amadora, *Boletim Municipal*, n.º 5, 16 de Junho de 2006, p. 12

Câmara Municipal da Amadora, *Boletim Municipal*, n.º 6, 17 de Julho de 2006, p. 8

Câmara Municipal da Amadora, *Boletim Municipal*, n.º 11, 15 de Dezembro de 2006, p. 12

Câmara Municipal da Amadora, *Boletim Municipal*, n.º 7, 16 de Agosto de 2007, p. 15

Câmara Municipal da Amadora, *Boletim Municipal*, n.º 11, 17 de Dezembro de 2007, pp. 10-11

Câmara Municipal da Amadora, *Boletim Municipal*, n.º 4, 15 de Maio de 2008, pp. 4 e 11

Câmara Municipal da Amadora, *Boletim Municipal*, n.º 1, 16 de Fevereiro de 2009, p. 6

RELATÓRIOS

Jorge de Brito Abreu [relator], *Parecer*, (IGESPAR/Governo de Portugal, Secretário de Estado da Cultura) aprovado a 23 Janeiro 2012

Lilian Pestre de Almeida, Rodrigo Rodrigues Dias, Alice Nogueira Alves, *Quinta Grande da Damaia. Relatório Final*, (Citrus Paisagismo Lda, Dezembro, 2004)

n.a. “Programa de Iniciativa Comunitária Urban II Amadora (Damaia-Buraca)” — *Relatório de Execução 2005*, (Câmara Municipal da Amadora, 2005)

Edifer Investimentos — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. *Relatório Anual 2007* (Lisboa: 2007)

LEGISLAÇÃO

Portaria n.º740-AS/2012, Diário da República, 2ª série, n.º 248 (suplemento) de 24 de Dezembro 2012

Anúncio n.º 13127/2012, Diário da República, 2ª série, n.º 123 de 27 de Junho de 2012

Decreto-Lei n.º 115/2011, Diário da República, 1ª série, n.º 232 de 5 de Dezembro de 2011

Despacho n.º 19338/2010, Diário da República, 2ª série, n.º 252 de 30 Dezembro 2010

Resolução do Conselho de Ministros n.º44/94 de 22 de Junho

SITES CONSULTADOS

<http://www.cm-amadora.pt/consultado> pela última vez a 2014-09-27

<http://cdsamadora.pt/tag/mem%C3%B3ria> consultado a 2014-09-27

<http://www.igespar.pt/consultado> pela última vez a 2014-02-28

<http://www.monumentos.pt> consultado pela última vez a 2014-02-28

ANA CELESTE GLÓRIA

Mestre em Património pela FCSH-UNL, prosseguiu os seus estudos na mesma Faculdade sendo presentemente Doutoranda em História da Arte — esp. História da Arte Moderna com bolsa individual de Doutoramento da FCT [SFRH/BD/86280/2012]. É ainda membro colaborador do Instituto de História da Arte. Foi bolseira de investigação no projeto de I&D “Tratados de Arte em Portugal/Art Treatises in Portugal” [PTDC/EAT-EAT/100496/2008]. Tem participado e apresentado a sua investigação em conferências e congressos — nacionais e internacionais — e publicado a sua investigação.

CATARINA DIZ DE ALMEIDA

Mestre em Arquitectura pela FA-UL, participou no âmbito do seu percurso escolar no projecto de I&D — *“Arquitectura(s) de Papel — Estudo Sistemático de Imagens e Projectos de Arquitectura do Século XX, através da «CONSTRUÇÃO MODERNA», 1900-1919”* [POCI/AUR 60756/2004] do qual decorreu uma publicação em livro. Prosseguiu os seus estudos na mesma instituição estando em vias de conclusão do Curso de Estudos Avançados em Projecto de Conservação e de Reabilitação Arquitectónica. É ainda e presentemente, bolseira de investigação no DINÂMIA’CET (ISCTE-IUL) no âmbito do projecto de I&D financiado pela FCT — *“O Lugar do Discurso”* [PTDC/CPC-HAT/4894/2012]. Tem vindo a apresentar o seu trabalho em conferências e colóquios, bem como a publicar.

DANIELA V. DE FREITAS SIMÕES

Mestre em Arquitectura pelo IST-UTL, prosseguiu os seus estudos na FCSH-UNL no âmbito do Curso de Doutoramento em História da Arte — esp. História da Arte Contemporânea. É membro colaborador do Instituto de História da Arte e bolseira de investigação no âmbito de do projecto de I&D financiado pela FCT — *“O Lugar do Discurso”* [PTDC/CPC-HAT/4894/2012]. Tem vindo a apresentar e publicar a sua pesquisa em conferências de âmbito nacional e internacional.